**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA**

**COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA DEBATER O FIM DO PRAZO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO (ICMS), REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 2020, ÀS 13H30MIN, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, PALÁCIO BARRIGA-VERDE**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Leonardo Muller Minotto) —** Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa tarde. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início a esta audiência pública conjunta convocada pelo excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Marcos Vieira, e pelo excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual José Milton Scheffer, para debater o fim do prazo de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Registramos que já se encontram à mesa de autoridades o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Marcos Vieira, e o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual José Milton Scheffer. (*Palmas.*)

O Cerimonial convida neste momento o excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Estadual Marcos Vieira, para proceder à abertura oficial desta audiência pública e presidir os trabalhos.

Uma ótima audiência a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Que bom que o setor produtivo agrícola vem a Florianópolis discutir com o governo do Estado a possibilidade ou não de prorrogação do Convênio 100, de 1997, do Confaz.

Mas antes de iniciarmos propriamente dita a nossa audiência, gostaria de dizer que nós estamos no Auditório Deputada Antonieta de Barros, mas a Assembleia Legislativa está completamente ocupada pelos produtores rurais. Eu gostaria de pedir a toda esta plateia que aqui está que saudemos todos os nossos amigos que vieram e que estão nos assistindo do Plenarinho, ali embaixo; da sala de reuniões das Comissões; do *hall* da Assembleia Legislativa; do Plenário Deputado Osni Regis; e, por último, saudar aquelas pessoas que estão em outras acomodações, em pé, também nos assistindo, porque infelizmente não tem lugar para todos aqui. Uma calorosa salva de palmas a todos. (*Palmas*.) Muito obrigado por terem vindo.

Vamos dar início a nossa audiência pública, mas antes de chamar os Deputados vou me permitir convidar as entidades para fazerem parte da mesa. Convidamos para compor a mesa o Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli; o Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, Ricardo de Gouvêa; o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), José Zeferino Pedroso; o vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), Luiz Sartor; o presidente da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina (Fecoagro) e presidente da Cooperativa Regional Auriverde, de Cunha Porã, Cláudio Post; o ex-Deputado Estadual, ex-Deputado Federal, ex-Secretário de Estado da Agricultura e vice-presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), Odacir Zonta – e aqui faço uma referência a ele, pois quando Secretário de Estado da Agricultura, em 2000, conquistou o mercado russo para Santa Catarina ao fazer a visita à Rússia como Secretário de Estado da Agricultura, tudo começou lá atrás (*palmas*).

Convidamos também a fazer parte da mesa o senhor Prefeito de Caçador e presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Saulo Sperotto, representando os Prefeitos e Vice-Prefeitos de Santa Catarina; o Deputado Estadual Moacir Sopelsa; o Deputado Estadual Jerry Comper; o Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro; o Deputado Estadual Neodi Saretta; o Deputado Estadual Ismael dos Santos; o Deputado Estadual Fernando Krelling; o Deputado Estadual Valdir Cobalchini; o Deputado Estadual Sargento Lima; a Deputada Estadual Ana Campagnolo; o Deputado Estadual Delegado Ulisses Gabriel; o Deputado Estadual Coronel Mocellin; o Deputado Estadual Fabiano da Luz; a Deputada Estadual Marlene Fengler; o Deputado Estadual Nazareno Martins; o Deputado Estadual Ivan Naatz; a Deputada Estadual Luciane Carminatti; o Deputado Estadual Rodrigo Minotto; o Deputado Estadual Altair Silva; a Deputada Estadual Paulinha; e o Deputado Estadual Volnei Weber. (*Palmas.*)

Senhoras e senhores, a dinâmica da audiência pública se dará da seguinte forma: nós vamos fixar um horário para a fala, evidentemente que numa quantidade reduzida de minutos, à exceção de algumas pessoas. Irão falar os quatro presidentes e vice-presidentes das entidades; depois vamos ouvir mais duas pessoas, três pessoas ou quatro pessoas da plateia; os senhores Deputados que se inscreverem; o senhor Secretário da Agricultura, Ricardo de Gouvêa, e o senhor Secretário da Fazenda, Paulo Eli; e, para encerrar o evento, o senhor José Zeferino Pedroso, da Faesc, que vai fazer o encerramento e entregar um documento ao Secretário Paulo Eli e ao Secretário Ricardo de Gouvêa.

Antes, porém, eu gostaria de pedir que todos os Deputados Estaduais se levantassem (*palmas*).

(*Os senhores Deputados Estaduais se levantam.*)

Este time que está aqui (*aponta para os Deputados*) apoia a agricultura de Santa Catarina, assim como os demais que não puderam estar presentes neste momento, como o Deputado Julio Garcia, o Deputado Mauro de Nadal, o Deputado Nilso Berlanda, o Deputado Sergio Motta, a Deputada Anna Carolina Cristofolini Martins, o Deputado Jair Miotto, o Deputado Felipe Estevão e o Deputado João Amin, que também apoiam o setor produtivo da agricultura de Santa Catarina. Mas os Deputados e as Deputadas que aqui vieram assinaram uma moção a favor de todos vocês (*palmas*), pedindo a sua excelência, o senhor Governador do Estado, Carlos Moisés da Silva, por intermédio do Secretário Ricardo de Gouvêa e do Secretário Paulo Eli, que tome a decisão de votar favorável ao produtor rural de Santa Catarina no Confaz, lá em Brasília, prorrogando o Convênio 100/97, ou seja, pela continuidade da isenção do ICMS sobre os defensivos agrícolas. É este documento que aqui está (*mostra documento*). (*Palmas.*)

Eu gostaria que as Deputadas Estaduais Ana Campagnolo, Paulinha, Marlene Fengler e Luciane Carminatti, se assim desejarem, fossem as portadoras desta moção de apoio à continuidade da isenção do ICMS, assinada por todos os Deputados da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a ser entregue ao Secretário Ricardo e ao Secretário Paulo Eli.

(*Procede-se à entrega do documento pelas Deputadas Ana Campagnolo, Marlene Fengler, Paulinha e Luciane Carminatti aos Secretários Paulo Eli, da Fazenda, e Ricardo de Gouvêa, da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural. Palmas.*)

Já estão conosco o Deputado Romildo Titon, o Deputado Kennedy Nunes e o Deputado Nilso Berlanda. Todos os Deputados apoiam o pleito de vocês pela continuidade da isenção do ICMS. (*Palmas.*)

Com a palavra o senhor presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), José Zeferino Pedroso, por até cinco minutos.

**O SR. JOSÉ ZEFERINO PEDROSO —** Boa tarde, produtor catarinense. A minha saudação ao Deputado Marcos Vieira, que é Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, e ao Deputado José Milton Scheffer, que é o Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembleia Legislativa. Em nome desses dois Deputados, que juntos comandam esta audiência pública da Assembleia Legislativa, saúdo todos os senhores Deputados e todas as senhoras Deputadas presentes, igualmente saúdo o Secretário da Fazenda, Paulo Eli, e o Secretário da Agricultura, Ricardo de Gouvêa.

É uma satisfação para nós, produtores rurais, poder manifestar aos senhores o sentimento que nos envolve no momento. Foram dois os motivos que levaram as nossas organizações, a Faesc e a Fetaesc, apoiadas pela Ocesc e pela Fecoagro, a tirar os senhores (*dirige-se à plateia*) em plena safra para vir a Florianópolis. O primeiro foi o sentimento de gratidão à Assembleia Legislativa. por meio de todos os senhores Deputados, que no ano de 2019 foram os verdadeiros guardiões dos interesses do produtor rural aqui de Santa Catarina. O nosso muito-obrigado a todos os senhores Deputados. O segundo motivo é para fazer um apelo em nome de cada produtor catarinense, um apelo muito sincero e veemente ao governo do Estado, aqui tão bem representado por esses dois senhores Secretários que representam a Fazenda e o nosso setor da agricultura, aos quais pedimos que levem uma mensagem do produtor do nosso Estado.

Nós não desejamos, e Santa Catarina não tem essa tradição, que o nosso Governador seja o protagonista de encerrar o Convênio 100, Secretário Paulo Eli – e eu sei que muito dessa decisão está também em suas mãos. Nós, que estamos quase semanalmente em Brasília, não desejamos isso, não esperamos, sinceramente, porque nós temos conhecimento. O Rio Grande do Sul não vai apoiar que se acabe com o Convênio 100, o Paraná não vai apoiar que se acabe com o Convênio 100, e assim todos os Estados com quem nós temos mantido contato por meio da nossa Confederação Nacional da Agricultura. Eles estão prontos a novamente prorrogar, porque nós temos logo aí na frente a reforma da tributação de todo o Brasil, então por que mudar se nós sabemos que temos logo aí na frente mudanças na tributação de todas as categorias nacionais? Então aqui fica o nosso sincero apelo para que não ocorra isso.

Eu tenho dados para mostrar que o Brasil consome 4,33 quilos de defensivos por hectare, o Japão ou os países baixos consomem mais de 9 quilos, e para aqueles que dizem que os defensivos são venenos, o japonês é o que tem a maior longevidade no planeta. E se nós levarmos em consideração a produção, o Brasil é o 58º, nós gastamos 230 gramas por tonelada de alimento.

Aqui em Santa Catarina o censo agropecuário mostrou que os senhores (*dirige-se aos produtores*) somam 183 mil propriedades, abrigando mais de 500 mil pessoas, e que 70,7% das nossas propriedades usam defensivos. O defensivo, como já bem falou a nossa Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, é um remédio para atacar as pragas, para atacar as ervas daninhas, e nós não temos conhecimento de qualquer ato que tenha trazido situações constrangedoras a qualquer família, desde que ele faça o uso recomendado. Santa Catarina é o Estado modelo no tratamento de defensivos em nível de Brasil, ninguém compra defensivo se não tiver um receituário agronômico e o vasilhame é devolvido na mesma fonte em que foi comprado.

Para encerrar a minha manifestação, quero dizer que fica aqui o apelo muito sincero, em nome de todos os mais de 1.500 produtores que estão nesta Casa, uma parte aqui e outra parte em outros lugares, que o Deputado Marcos Vieira já anunciou, e que vieram fazer esse apelo muito sincero e muito justo. Esperamos ser atendidos.

Obrigado. (*Palmas.*) [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Também registramos a presença da Deputada Estadual Ada De Luca, do Deputado Estadual Laércio Schuster e do 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual Mauro de Nadal – a quem já convidamos para fazer parte da mesa. Todos favoráveis à pretensão dos produtores rurais, que é pela continuidade da isenção do ICMS. (*Palmas.*)

Solicito à assessoria da mesa dos trabalhos que faça a inscrição dos senhores Deputados para as manifestações. Sugiro que se uma bancada ou um bloco partidário designar um Deputado para falar, este poderá ter até cinco minutos para se manifestar, caso contrário vamos designar dois minutos para cada Deputado.

Em nome das duas Comissões, da de Finanças e Tributação e da de Agricultura e Política Rural, falará o Deputado Estadual José Milton Scheffer, que terá também o tempo de até cinco minutos. O Deputado Luiz Fernando Vampiro, líder da Bancada do MDB, está designando o Deputado Moacir Sopelsa.

Com a palavra o vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc), senhor Luiz Sartor, por até cinco minutos.

**O SR. LUIZ SARTOR** — Boa tarde a todos e a todas. (*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*) Um cumprimento todo especial aos nossos presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e aos presidentes dos Sindicatos Rurais do Estado de Santa Catarina, que se mobilizaram e em poucos dias colocaram aqui centenas e centenas de agricultores do nosso Estado. A presença deles, senhores Deputados e senhores Secretários, por si só mostra a garra, a pujança e o amor que os nossos agricultores têm pelo Estado de Santa Catarina.

Não é preciso destacar aqui a importância da produção de Santa Catarina, todo mundo sabe. Santa Catarina, com 1,71% do território nacional, é o quinto produtor de alimento, e um país para ser soberano tem que ter duas coisas: matriz energética e segurança alimentar. E isso nós temos graças ao esforço dos nossos agricultores, que fazem com que Santa Catarina seja exemplo, afinal somos o quinto produtor com o mínimo de terra que temos.

Portanto, senhores Secretários, a voz dos nossos agricultores é no sentido de que nós não podemos ser onerados no custo de produção. Por quê? Nós temos aqui agricultores de todas as regiões do Estado, muitos produziram muito bem, conseguiram vender seus produtos com preços razoáveis, muitos tiveram apenas o custo de produção na sua venda, e qualquer coisa que onere agora faria com que desmotivássemos esses produtores a continuarem produzindo.

E temos outro agravante, apesar de termos aqui muitos agricultores que estão representando os milhares que estão lá, nós não podemos esquecer que nós temos aqui próximo, no meio-oeste e no oeste, outros milhares de agricultores que estão neste momento olhando para o céu pedindo uma chuva, porque não vão conseguir produzir, pois a seca está devastando as suas lavouras, e mesmo que eles utilizassem as tecnologias de irrigação, não teriam água disponível neste momento.

Por isso, Secretários, levem ao Governador o nosso apelo para que ele mude de posição – eu sei que no passado ele teve outra posição de taxação e que agora é um pouco diferente – em nome desses milhares de agricultores que produzem esses alimentos para a cesta básica do Brasil. Para ter a inflação baixa, para o Brasil ser um dos destaques na alimentação do mundo, nós precisamos de incentivo, e se o Governador mudar de posição, não será um gesto de fraqueza, muito pelo contrário, será um gesto de grandeza em nome dessa tão importante categoria que são os agricultores, os produtores rurais de Santa Catarina.

Portanto, a nossa posição, em nome dos nossos trabalhadores rurais, é que o Governador defenda a prorrogação no Confaz do Convênio 100, e que jogue para a reforma tributária essa discussão. Lá é outra instância, é outro momento e é outra discussão que vamos fazer com os nossos Deputados e Senadores na defesa de que, se houver alguma tributação, nós possamos criar alguma política de compensação para os nossos agricultores.

Senhores Deputados e senhores Secretários, os nossos agricultores querem continuar produzindo, sim, querem que Santa Catarina seja destaque, mas, para isso, nós precisamos continuar lá no campo, e não só continuando lá, mas que tenhamos vida digna lá, que é o que nós merecemos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Com a palavra o presidente da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina (Fecoagro) e presidente da Cooperativa Regional Auriverde, de Cunha Porã, Cláudio Post, por até cinco minutos.

**O SR. CLÁUDIO POST —** Boa tarde, senhores.

Cumprimentando o Deputado Marcos Vieira e o Deputado José Milton Scheffer, cumprimento todos os Deputados que assinaram essa moção e conhecem o nosso interior, bem como cumprimento o senhor Paulo Eli, Secretário da Fazenda, e o senhor Ricardo de Gouvêa, Secretário da Agricultura, e de uma forma muito especial cumprimento todos os agricultores catarinenses.

Nós, da Federação das Cooperativas, também estamos a favor e defendemos muito [a moção], porque Santa Catarina, como o orador que me antecedeu falou, é o quinto maior produtor de alimentos do Brasil. Temos apenas 15% da população do Brasil, portanto precisamos exportar uma grande parte da produção, porque não temos consumidores suficientes aqui dentro. Então nós temos que pensar numa competitividade internacional. Os países da Europa têm os solos mais favoráveis, os agricultores recebem subsídios e a agricultura norte-americana, que também tem garantia de renda por meio do seu seguro rural, são os nossos maiores competidores. E nós, além de termos uma estrutura fraca, um clima muito adverso tropical, temos que conviver com a ameaça do governo, que está querendo onerar o nosso insumo básico, onerar o nosso custo. Portanto, estará tirando a nossa competitividade.

Eu, como produtor de vaca de leite, poderia comparar essa situação com as minhas vacas de leite. Tem períodos do ano em que a produção de leite não cobre os custos de alimentação da minha vaca, mas eu tenho que manter a sua alimentação para que ela não morra, porque eu preciso preservar a minha vaca produtora, afinal é ela que dá sustentabilidade para a minha propriedade.

Portanto, a agricultura de Santa Catarina dá sustentabilidade para o grande rebanho do Estado e nós precisamos ser competitivos e mantê-lo saudável para vencermos o jogo e continuarmos produzindo 23% da riqueza do PIB de Santa Catarina com muita competência. Eu acho que é muito justa a reivindicação dos nossos produtores, e parabéns a todos os Deputados que estão ao nosso lado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Convido a fazer uso da palavra o ex-Deputado Estadual, ex-Deputado Federal, ex-Secretário de Estado da Agricultura e vice-presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), Odacir Zonta, por até cinco minutos.

**O SR. ODACIR ZONTA** — Obrigado.

Primeiro de tudo eu quero cumprimentar aqueles e aquelas que são a razão deste encontro, a razão da luta que se está travando para que se mantenha o direito de continuar produzindo em Santa Catarina nas condições que merecem.

(*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Saúdo todos os senhores Parlamentares que mais uma vez estão aqui dando a demonstração de seu integral apoio à atividade que é a sustentação deste Estado, que é a agricultura. E um dos motivos para estarmos aqui é para agradecer aquilo que já fizeram por nós e que vão continuar fazendo, como está sendo demonstrado nesta tarde. Então, muito obrigado. E cumprimento também o Presidente da Assembleia Legislativa, que chegou aqui agora. É um prazer tê-lo conosco.

A Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, que representa aqui o contexto do cooperativismo catarinense, veio aqui para dizer, em alto e bom som, que nós precisamos manter o nosso modelo, a nossa competitividade e que nós precisamos, sim, ter um tratamento adequado. O Estado é exemplo de produção e de qualidade da produção; é exemplo de organização, pois é a pequena propriedade que predomina aqui; inclusive é exemplo de preservação ambiental, senhores Deputados e senhoras Deputadas. Se hoje é referência mundial, é porque foi conquistada pelo seu comportamento e pela sua qualidade. O Japão, os Estados Unidos, a Coréia do Sul e a Europa compram preferencialmente de Santa Catarina pela qualidade do seu produto, pelo seu tipo de produto e pela segurança que tem nos seus produtos. Nós não podemos onerar e interromper essa corrente. Tem que haver harmonia entre os Poderes, tem que haver harmonia a favor daqueles que trabalham e produzem neste Estado. E esse é o motivo desta presença maciça de agricultores.

Em nome da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, senhores Deputados, o nosso muito-obrigado e pedimos que continuem lutando. E senhores Secretários, vamos prorrogar o Convênio 100, pois, com certeza, vai ser uma oportunidade para que a reforma tributária, que está acontecendo, seja a mediadora dessa questão. Não é hora para alterar tributos, não é hora e nem pode ser feito.

Ainda ontem eu tive a oportunidade de participar de uma audiência, junto com o setor agroexportador, com o Relator da reforma tributária, o Deputado Aguinaldo Ribeiro, e a posição é clara e vem ao encontro daquilo que nós estamos defendendo. Nós não podemos sofrer qualquer tipo de aumento de tributação; nós temos é que nivelar. Nós estamos produzindo comida, gente, estamos produzindo alimentos para o Brasil e para o mundo. Das suas propriedades, senhores, sai a comida. Então, a reforma tributária já tem esse pensamento por intermédio do seu Relator, não vai aumentar tributos, não vai sobretaxar cesta básica, e esse é o comportamento que nós temos que ter.

Eu tenho a certeza e a convicção que o senhor Governador será sensível e demonstrará isso pelo seu voto, que vai ser dado por meio do Secretário Paulo Eli – e depois ele vai ter a oportunidade de dizer o voto favorável à prorrogação do Convênio 100, deixando para a reforma tributária decidir isso no futuro.

Esse é o apelo que eu trago em nome da Ocesc, com os agradecimentos à Assembleia Legislativa de Santa Catarina. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Agradeço a participação do ex-Deputado Odacir Zonta.

Registro a presença do Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Julio Garcia; do Deputado Ricardo Alba; e do Deputado Carlito Merss, que assinaram a moção, apoiando a pretensão de todos vocês. (*Palmas.*)

Com a palavra o senhor Prefeito de Caçador e presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Saulo Sperotto.

**O SR. PREFEITO SAULO SPEROTTO (Caçador/SC)** — Boa tarde a todos. (*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Nós sabemos das dificuldades que os agricultores passam no Município, sejam pelo tempo bom ou pelo tempo ruim, sejam pela falta de chuva ou pelo excesso de chuva, sejam pelo granizo, sejam pelas estradas, sejam pelas questões ambientais, enfim, mas nós sabemos da capacidade que Santa Catarina tem na sua produção, na sua qualidade, na sua responsabilidade fiscal e ambiental. Eu tenho certeza absoluta que Santa Catarina vende produtos de qualidade, por isso nós temos a certificação.

E neste momento no qual se está discutindo, vamos dizer assim, redução ou aumento de carga tributária, nós ficamos preocupados, porque o Brasil tem uma carga tributária alta e nós temos que defender o nosso agricultor e o nosso agronegócio. É importante ter um pouco de serenidade e tranquilidade, mas, principalmente, é preciso manter o agricultor na sua terra. A verdade é uma só, nós passamos por diversas situações... Os Municípios catarinenses não são diferentes do Estado de Santa Catarina, que tem maior despesa do que receita, então é necessário buscar essas alternativas para os Municípios também.

Nós temos aqui o Prefeito de Concórdia, assim como outros Prefeitos, e todos sabem da importância do movimento econômico para Santa Catarina e para o Brasil que a produção agrícola traz, seja na agricultura familiar, no agronegócio, na pecuária, na extensão, é uma corrente, é uma interligação. Mas nós precisamos, Secretário Paulo Eli, entender que nós temos que ter uma unificação nesse processo, Santa Catarina não pode ser diferente do Rio Grande do Sul e do Paraná. Santa Catarina tem que defender os interesses dos catarinenses. Sabemos das dificuldades financeiras e de tudo o mais, mas tenha a certeza absoluta que os Municípios vão atuar fortemente com o governo do Estado e com a Assembleia Legislativa para que possamos avançar e manter aquilo que é necessário para o equilíbrio, mesmo que a agricultura em muitos momentos seja uma loteria: os preços instáveis, sobem, descem; você não sabe se vai ganhar dinheiro; não existe uma política correta, certa para que você possa dar sustentabilidade à sua família.

Sabemos muito bem que o agricultor acorda às seis da manhã, às cinco da manhã e vai dormir às dez da noite. Nós sabemos! O Município onde eu moro, Caçador, em Santa Catarina, nós sabemos da produção de tomate e de outras situações que nós temos. Então é necessário fazer um esforço mútuo para defender aquilo que é importante para Santa Catarina: a qualidade do nosso agricultor, a qualidade da família catarinense.

Muito obrigado e uma ótima tarde a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Senhoras e senhores, já temos os Deputados inscritos para falar. Vou solicitar a cada uma de suas excelências que o tempo seja limitado em até quatro minutos.

O senhor Presidente da Casa abre mão de sua fala e indica o seu 1º Vice-Presidente da Casa, Deputado Mauro de Nadal, para falar em nome da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a quem concedemos a palavra.

**O SR. 1º VICE-PRESIDENTE DA ALESC (Deputado Estadual Mauro de Nadal)** — Boa tarde a todos, boa tarde a todas, boa tarde, agricultores, que se deslocaram por mais de 700 quilômetros pelo território de Santa Catarina para participar deste importante evento, capitaneado pelo nosso Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, bem como pela Comissão de Agricultura e Política Rural e pela Comissão de Constituição e Justiça, se não me falha a memória.

Presidente Marcos, quero, em seu nome, permita-me assim, fazer os cumprimentos a todos os colegas Deputados, a todas as colegas Deputadas, agradecer enormemente a deferência do nosso Presidente, Deputado Julio Garcia, por, neste momento, estar fazendo uso da palavra em nome do nosso Parlamento catarinense. Em virtude do tempo, permitam-me, de forma bem abreviada, cumprimentar os senhores Secretários Ricardo de Gouvêa e Paulo Eli. (*Cumprimenta os componentes da mesa e os demais presentes.*)

Quando este projeto aportou aqui na Assembleia Legislativa, ainda no ano passado, nós estávamos muito preocupados, todos os Deputados aqui do Parlamento, com o impacto desse projeto na vida econômica de Santa Catarina. E muitas foram as conversas desencadeadas naquele período, principalmente quanto à questão da tributação do defensivo agrícola. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisora: Bruna Maria Scalco*]

Nós tivemos outros segmentos produtivos de Santa Catarina que também tiveram algumas alterações em suas tributações, mas confesso a todos vocês que o defensivo agrícola foi aquele que chamou a sensibilidade e a atenção de todos os Parlamentares desta Casa em função do impacto que isso iria ocasionar em toda a cadeia produtiva. E este Parlamento deu uma resposta muito positiva ao agronegócio de Santa Catarina, deu uma resposta muito positiva aos agricultores, porque todos nós que aqui estamos representando regiões e cidadãos de Santa Catarina sabemos o quanto a agricultura é importante para o nosso Estado. Nós sabemos o quanto é trabalhosa a vida desse agricultor, que não depende somente do homem público, mas depende muito mais do nosso meio ambiente, do nosso tempo, para poder produzir com qualidade e com quantidade para o atendimento do mundo. A esses agricultores, a essa agroindústria, os quarenta Parlamentares desta Casa disseram não a essa tributação. Não tivemos nenhum Deputado que tivesse um contraponto nesse momento ou que esboçasse qualquer forma de reação em defesa da tributação do defensivo agrícola em Santa Catarina.

Nós não podemos ter tratamento diferenciado. No Rio Grande do Sul é zero, no Paraná é zero, por que Santa Catarina vai tributar? Que forma de incentivo é essa? Falar em tributação neste momento é retroceder! Quase 70% do que exportamos em Santa Catarina vem do agronegócio, e vocês imaginem o impacto na agricultura. Vamos pegar somente o milho como exemplo. Nós produzimos metade do milho que a nossa agroindústria consome usando o defensivo agrícola. Retire o defensivo agrícola e veja o quanto nós vamos produzir. Hoje já estamos no desespero, Airton Spies, porque temos que buscar milho de outras regiões de Santa Catarina; estamos abrindo o comércio com o Paraguai, tentando rotas alternativas para abastecer o nosso agronegócio. Retire o defensivo agrícola para ver o quanto nós vamos produzir.

Nós não podemos caminhar na contramão. Santa Catarina está alimentando o estômago do mundo e nós temos que ter a sensibilidade de deixar esse agricultor produzir. Nós temos que ter a sensibilidade de deixar que as nossas agroindústrias, que são uma marca muito forte de Santa Catarina, se desenvolvam, gerem empregos e façam com que o nosso Estado continue se desenvolvendo cada vez mais. Por isso, o posicionamento desta Casa é não à tributação do defensivo agrícola.

Um grande abraço a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Registramos a presença dos Prefeitos de Victor Meirelles, Pinhalzinho, Guatambu, Águas de Chapecó, Campos Novos, Vidal Ramos, Concórdia, Faxinal dos Guedes, Bom Jardim da Serra, Zortéa, Aurora, Brunópolis, Xavantina, Tangará e Entre Rios; da senhora presidente da Cidasc, Luciane de Cássia Surdi; do Secretário Adjunto da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, Ricardo Miotto Ternus; do senhor Luiz Hames, representando o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina; e do presidente da Associação Nacional de Defesa dos Agricultores (Andaterra).

Convido a fazer uso da palavra o Deputado José Milton Scheffer, que falará em nome das Comissões de Finanças e Tributação e de Agricultura e Política Rural.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER** — Obrigado, Deputado Marcos Vieira, e já inicio cumprimentando vossa excelência e, em seu nome, todos os colegas Deputados e todas as colegas Deputadas.

Quero também destacar aqui a importante e crucial presença das nossas mulheres agricultoras e dos senhores agricultores. Esta audiência existe em função dos senhores e da agricultura catarinense, e quando vemos este auditório repleto de agricultores e agricultoras, o *hall* da Assembleia tomado por quase dois mil agricultores de Santa Catarina, isso nos dá a certeza de que Santa Catarina, de que a população catarinense, com a presença de cada um de vocês, já decidiu o que quer em termos de tributação para o setor agrícola. Por isso, muito obrigado pelo prestígio e pela valorosa presença de cada um dos senhores e de cada uma das senhoras.

Quero cumprimentar aqui o Presidente da Assembleia, Deputado Julio Garcia; o nosso Secretário da Fazenda, Paulo Eli, que tem estado sempre disponível para o debate, para a troca de ideias e para buscar a solução das questões tributárias de Santa Catarina – a sua presença hoje aqui é uma confirmação disso; o Secretário Ricardo de Gouvêa, da Agricultura, que caminha sempre junto com o setor. Quero cumprimentar também o Ricardo Miotto; a Luciane, que aqui representa a Cidasc; o presidente da Faesc, José Zeferino Pedroso; o Cláudio Post, representando aqui a Fecoagro; a Fetaesc, através do Luiz Sartor; e a Ocesc, através do ex-Deputado Zonta. São grandes parceiros de mais de um ano de luta voltada à proteção da agricultura na questão tributária, e importantes contribuições têm sido dadas para esse debate.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina, senhoras e senhores, tem cumprido com o seu papel de ser a caixa de ressonância e a voz da população ao longo deste ano. Iniciamos esta Legislatura com dois decretos aumentando os impostos para o setor agrícola em diversos segmentos, mas abrimos uma negociação, através desta Casa, com o governo e com o setor produtivo. Muitos assuntos já foram resolvidos ao longo de 2019, mas ficaram alguns, principalmente quanto à questão dos insumos agrícolas, que é muito caro para nós do setor, Secretário Paulo Eli.

A agricultura e o agricultor. Quando ele acorda de manhã e coloca a semente na terra, não tem a certeza da colheita – tem que passar pela estiagem, pelo excesso de chuva, pela presença de pragas e doenças –, e quando colhe não tem a certeza que terá o preço justo por sua mercadoria. Essa é a rotina dos nossos agricultores de Santa Catarina, que são agricultores dos mais eficientes e competentes do Brasil. Já foi dito aqui que nós, com apenas 1% do território brasileiro, somos o sexto produtor de comida do nosso País; 70% da exportação de Santa Catarina vem da agricultura e do agronegócio; 30% da riqueza e dos empregos são gerados também por essa agricultura. O nosso agricultor e a nossa agricultora são muito competentes.

Vivemos um momento de transição, de reorganização do setor produtivo e temos que competir com acordos internacionais que penalizam os nossos produtores. Vejam o setor leiteiro brasileiro, que tem que competir com o setor leiteiro do Mercosul. Hoje, aqui em Santa Catarina, quando um agricultor produz um saco de arroz, custa para ele de R$ 12,00 a R$ 15,00 mais caro do que se ele atravessasse a fronteira e produzisse na Argentina, no Uruguai ou no Paraguai. São 30%, Deputado Titon. Vejam como o nosso agricultor é competente, ele produz competitivamente e compete com parceiros comerciais vizinhos com 30% a mais no seu custo de produção.

Então vocês, agricultores, não merecem mais impostos, vocês merecem a homenagem, o reconhecimento do nosso Estado e do Brasil pelo trabalho que fazem, e por isso a Assembleia Legislativa está do lado de vocês. E também por isso que no final do ano passado apresentamos uma emenda que evitava o aumento de impostos para o início deste ano, que dizia que enquanto durasse o Convênio 100, ficava suspenso todo o aumento dos insumos agrícolas em Santa Catarina. Tivemos nesse ato, e temos que ser justos aqui, a participação e o apoio também do Secretário Paulo Eli e do Governador Moisés, que homologou essa lei, sancionou a lei dias após.

Agora nós temos uma outra etapa, que é prorrogarmos o Convênio 100 ou mantermos até que venha a reforma tributária, mas para Santa Catarina está muito claro que a agricultura é crucial, assim como para o Brasil também. Quando há uma crise, como houve há quatro anos, foi a agricultura que nos salvou. Quando nós queremos exportar, não é a nossa indústria que é a campeã de exportação coisa nenhuma, nem a tecnologia. É a agricultura que puxa a exportação deste País. Quando nós queremos gerar emprego, porque caiu o emprego no Brasil, a agricultura aumentou o emprego. Quando nós queremos proteger o meio ambiente, não é para o dono do prédio aqui da esquina que nós pedimos 20% daqueles apartamentos para proteger o meio ambiente, é o agricultor que doa uma reserva legal da sua própria propriedade para proteger o meio ambiente.

Então, gente, é mais do que justo não aumentar os impostos, se possível reduzi-los e ainda criar programas de incentivos para esse setor. Lá na Europa os agricultores recebem para ficar morando no interior. No ano de 2017 a União Europeia gastou 556 bilhões de Euros em subsídios agrícolas, e mesmo assim o nosso agricultor ainda consegue ir lá e vender produtos.

Então, será uma grande injustiça com o setor produtivo nós acabarmos agora com o Convênio 100 e tributarmos os insumos agrícolas em mais de 17%. Isso vai impactar de 10% a 30% no custo de produção das lavouras. Nós, da Comissão de Agricultura e da Comissão de Finanças, já fizemos esses cálculos e chegamos a essa conclusão.

Por isso, nós todos aqui somos contra o aumento de impostos e pedimos que as autoridades estaduais sigam conosco, como seguiram até agora, evitando o aumento de impostos no Brasil e em Santa Catarina.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Registramos a presença do Deputado Marcius Machado, que também assinou a moção (*palmas*); do senhor Marcos Diniz Ferreira, presidente da Associação das Empresas Cerealistas do Estado de Santa Catarina; da Cooperativa Agropecuária Boa Esperancense, do Município de Campos Novos (Cooperboa); da Cooperativa Agropecuária do Planalto Serrano, de Lages (Cooperplan); da Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos (Copercampos); da Cooperativa Juriti, de Massaranduba (Cooperjuriti); da Cooperativa Agropecuária de Tubarão; da Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí – Cravil, de Palhoça; da Cooperativa Regional Agropecuária Serrana (Cooperserra); da Associação Brasileira de Produtores de Maçã; da Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense (Coopersulca), de Turvo; da Cooperativa Agroindustrial de Jacinto Machado (Cooperja); da Cooperativa Agroindustrial Alfa, de Chapecó; da Cooperativa Agropecuária Campo Novence; da Associação dos Produtores de Maçã e Pera de Santa Catarina; e da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag).

Com a palavra o Deputado Moacir Sopelsa, em nome da Bancada do MDB, por até quatro minutos.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA —** Muito obrigado, Deputado Marcos Vieira, a quem saúdo. Quero também saudar o nosso Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Julio Garcia, representado aqui pelo 1º Vice-Presidente, Deputado Mauro de Nadal;

o nosso presidente da Faesc, José Zeferino Pedroso; o vice-presidente da Fetaesc, Luiz Sartor; o Cláudio Post, que representa a Fecoagro; e o Deputado Odacir Zonta, que representa a Ocesc. Essas quatro organizações representam aqui os agricultores de Santa Catarina.

Quero agradecer a oportunidade que está me dando a Bancada do MDB de falar em seu nome. Eu quero agradecer o nosso líder, o Deputado Fernando Vampiro; o Deputado Fernando Krelling; o Deputado Jerry Comper; o Deputado Volnei Weber; o Deputado Mauro de Nadal, que já registrei; a Deputada Ada De Luca e o Deputado Romildo Titon, Presidente da nossa Comissão de Constituição e Justiça.

Eu deixei para cumprimentar todos os senhores e todas as senhoras (*dirige-se à plateia*) porque vocês são as pessoas mais importantes que estão aqui... Desculpe, mas acho que cometi um equívoco, eu não cumprimentei o Secretário da Agricultura Ricardo de Gouvêa e o Secretário da Fazenda Paulo Eli. Sejam bem-vindos a nossa Casa. Eu dizia que vocês são as pessoas mais importantes que estão aqui. No almoço de hoje nós nos cumprimentávamos e nos perguntávamos se está tudo bem, e muitos me diziam que se estivesse tudo bem nós não precisaríamos estar aqui. E é verdade. Vocês não têm tempo para vir a Florianópolis e perder tempo; vocês vieram aqui porque o momento exigiu que vocês estivessem aqui.

Aqui já foi dito da dificuldade da agricultura. Nós dependemos do preço, nós dependemos do clima, nós dependemos que os mercados sejam favoráveis, mas mesmo assim nós não esmorecemos, ou seja, o produtor pode não ganhar dinheiro este ano, e mesmo assim ele diz que no ano que vem vai ganhar, que no ano que vem a safra vai ser melhor.

Prefeito Sperotto, em teu nome quero também cumprimentar todos os Prefeitos presentes, assim como registrar a valorosa presença da imprensa aqui.

Eu falava com alguns produtores de Abelardo Luz, Deputado Marcos Vieira e Deputado José Milton Scheffer, no almoço, e um produtor de 1.000 hectares fechava a safra deste ano com uma média de 240 sacas de milho por hectare; eu falava com um produtor de maçã de São Joaquim, que me disse que se tiverem a infelicidade de ter a taxação de ICMS em cima dos defensivos agrícolas de 17%, aumentariam R$ 0,50 em cada saco de milho no seu custo, mas lá na maçã é R$ 0,25 o quilo, são R$ 1 mil por hectare na produção atual e isso vai representar R$ 0,25 o quilo.

Eu estou levantando isso, Barbieri, porque o Estado de São Paulo quer preservar o imposto das indústrias automobilísticas, que são aquelas que fazem parte da grande economia do Estado de São Paulo, e nós, em Santa Catarina, não podemos cometer o equívoco de aumentar os impostos em cima dos defensivos agrícolas, prejudicando aqueles que movem a economia do nosso Estado.

Aqui tinha uma faixa dizendo “A Agricultura é a Mola Propulsora do Desenvolvimento do Nosso País”. Se nós não tivéssemos os defensivos agrícolas, Deputada Ana Campagnolo, e eu ouvi o seu depoimento quando nós discutíamos a questão dos defensivos no ano passado, o mundo passaria fome, não teríamos comida em Santa Catarina para ajudar a alimentar o mundo; nós não teríamos um produtor, Barbieri, que colheria 240 sacas de milho por hectare se não tivéssemos o defensivo agrícola. Nós não podemos entrar nesse equívoco de achar que o resultado da receita da taxação dos defensivos agrícolas vai resolver os problemas do nosso Estado.

O nosso Estado precisa continuar competitivo. Quando o Paraguai, o Uruguai, a Argentina, os países europeus, os países americanos, os Estados Unidos dão incentivos e têm uma taxação zero em cima desses produtos, nós pensamos em cobrar impostos. É preciso deixar claro que o nosso produtor não usa defensivo porque quer, ele usa defensivo porque precisa.

Deputado Volnei Weber, vossa excelência sabe que o produtor se obriga a fazer o tratamento das suas lavouras, como se obriga a fazer o tratamento com pesticidas dos seus animais; ele se obriga a fazer esse tratamento para poder produzir, senão ele não produz. Eu brincava esses dias: o que vamos fazer quando a lagarta atacar o soja? Vamos pedir para benzer a lavoura para cair a lagarta? Não! Nós temos que usar o produto que nos garante a produção das nossas lavouras. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

Secretário Paulo Eli e Secretário Ricardo de Gouvêa, vocês já nos ajudaram muito nas questões dos encaminhamentos e das ações aqui na Assembleia. Aqui se pensou em cobrar imposto maior da carne suína, da carne de frango, do leite, e vocês foram nossos parceiros e conseguimos fazer com que a carne suína, a carne de ave, o leite, a erva-mate para o chimarrão continuassem na cesta básica. E eu tenho certeza que o Governador não vai ser insensível. As pessoas me cobram, mas foi o Governador de Santa Catarina que colocou o bode na sala do Confaz. O Governador precisa reconhecer que o nosso Estado não pode penalizar o nosso produtor, sob pena de perdermos competitividade e deixarmos de ser o Estado que é o maior exportador de suínos, em muitos momentos o maior exportador de carne de frango, em muitos momentos o maior exportador e produtor de maçã, um dos maiores produtores de alho, de cebola e de banana. A nossa agricultura é muito diversificada, é uma agricultura que tem o trabalho, a técnica e a persistência do nosso produtor. Nós não podemos perder esse modelo.

Eu tenho certeza que o Governador Moisés não vai admitir que o nosso produtor, mesmo que seja 4%, que seja 6% ou que seja 8%, pague imposto em cima de um produto que nós podemos usar com consciência, usar corretamente.

Esta audiência pública saiu da convocação da Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo Deputado José Milton, e da Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo Deputado Marcos Vieira, mas teve no plenário da Assembleia Legislativa, Deputado Marcos, a aprovação dos quarenta Parlamentares. E eu preciso ser justo aqui, porque em todos os momentos os quarenta Deputados sempre foram contrários ao aumento de imposto.

Finalizo a minha manifestação dizendo, em nome dos nove Deputados da Bancada do MDB: nós vamos lutar para que não se aumente um centavo no imposto dos defensivos agrícolas.

Obrigado e um grande abraço a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** **—** Quero também fazer o devido registro da presença do excelentíssimo Deputado Sérgio Mota, que também assinou a moção de apoio à pretensão de vocês, ou seja, pela continuidade da isenção de ICMS (*palmas*); e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos seguintes Municípios: Siderópolis, Treviso, Pinhalzinho, Itapiranga, São Miguel do Oeste, São Lourenço do Oeste, Quilombo, Vidal Ramos, Santa Terezinha, Erval Velho, Içara, Forquilhinha, São João do Itaperiú, Itapoá, Herval d’Oeste, Seara, Turvo, Armazém, Braço do Norte, Rio Fortuna, Timbé do Sul, Urupema, Benedito Novo, Criciúma, Joinville e Massaranduba, Chapecó, Água Doce, Catanduvas, Aurora, Capinzal, Abelardo Luz.

Registramos também a presença do Sindicato da Indústria do Arroz de Santa Catarina; do senhor Neivo Luiz Panho, do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc); do presidente da Copermap, de Brunópolis; e de representantes dos Municípios de Aurora, Capinzal, Chapecó e Abelardo Luz. Sejam todos bem-vindos.

Realmente há uma grande representação nesta audiência pública histórica em Santa Catarina.

Passo a palavra para a Deputada Ana Campagnolo, que falará em nome da Bancada do PSL, por até quatro minutos.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL ANA CAMPAGNOLO** — Senhores, boa tarde. Quero primeiramente agradecer o Deputado Sargento Lima, que me concedeu a honra de representar o time do Bolsonaro, a Bancada do PSL, neste momento.

Não é a primeira vez que o povo precisa se mobilizar para evitar que, de alguma forma, políticos ou medidas políticas o prejudiquem diretamente. Isso aconteceu inúmeras vezes e os senhores já devem ter passado por isso também. Eu peço licença aos Deputados e aos Secretários para me dirigir especificamente aos senhores que são agricultores. Eu sou neta e filha de alguém que cresceu na agricultura e entendo as dificuldades.

Entre os vários debates acerca dessas questões do aumento do ICMS dos agrotóxicos, além das questões econômicas, nós temos também uma questão de preconceito ideológico muito grave. Quando o nosso Governador do Estado, Carlos Moisés, se referiu a essa pauta, em algumas oportunidades ele disse que era uma posição pessoal. Várias vezes ele usou essa palavra para dizer que não iria aumentar as taxas de impostos por questões econômicas, mas que por uma posição pessoal ele considerava o agrotóxico prejudicial. E os senhores que são agricultores provavelmente já ouviram isso inúmeras vezes, é um preconceito absurdo com os agrotóxicos, na verdade com os defensivos agrícolas, e as pessoas ficam com a impressão de que o agricultor está envenenando a população. Tenho certeza que os senhores já passaram por essa impressão.

Essa luta do agricultor e do povo contra essas medidas políticas extremamente impopulares e prejudiciais é muito antiga. Os senhores provavelmente já ouviram falar de Monteiro Lobato, que escreveu aquela história do Sítio do Picapau Amarelo. Monteiro Lobato escreveu esse livro para defender os agricultores e o produtor brasileiro, e ele chegou a ser preso porque enfrentou o Presidente Getúlio Vargas, os Secretários e os Ministros que queriam impedir o crescimento da produtividade no Brasil.

Os senhores, muitas vezes, por serem tidos como simples, não são ouvidos, e muitos políticos, não todos, de uma forma muito confusa, acham que sabem o que é melhor para o agricultor e para o povo do que o próprio povo. Isso é muito engraçado. Por isso que eu trouxe para respaldar as minhas palavras dois livros de duas autoridades, para que os senhores saibam que aquilo que os senhores defendem de uma forma simples lá no campo tem respaldo científico e literário.

Os senhores talvez já tenham ouvido falar do nosso Príncipe Imperial, Dom Orléans e Bragança, bisneto da Princesa Isabel, ele é uma autoridade nas questões agrícolas e fala no Brasil todo sobre isso. Vejam o que o Príncipe escreveu a respeito de Santa Catarina: Santa Catarina é o primeiro produtor de cebola, maçã e carne suína; o segundo produtor de carne de frango, alho, fumo, mel de abelha; é o terceiro maior produtor de arroz e banana, com altos níveis de produtividade. A avicultura catarinense é responsável por 8% dos negócios mundiais de frango e 20% da produção nacional. E o Príncipe de Orléans e Bragança, que não é simples como os senhores, vejam só que coincidência, tem a mesma opinião que os senhores, e fala mais ainda no seu livro, que os senhores são os verdadeiros heróis da economia brasileira, porque a cada ano a terra do agricultor é mais e mais vezes retirada e diminuída por áreas indígenas, não é verdade, por defensores do meio ambiente, que delimitam a proporção de terras que pode ser cultivada no Brasil. Na última pesquisa da Embrapa, 30% do território brasileiro não pode ser cultivado, ou está em reserva indígena, ou está em proteção ambiental. Vejam o que o Príncipe nos diz ainda: há mais de vinte anos a agricultura vive uma retração territorial de mais de 2 milhões de hectares por ano.

Ou seja, os agricultores brasileiros perdem, todo ano, 2 milhões de hectares por causa de políticas ideológicas. Isso não tem nada a ver com a economia, com o que faz bem para a economia, com o que gera dinheiro, tem a ver com a ideia que está na cabeça de alguns políticos. Então, de 1976 a 2010, mesmo assim – olhem como os senhores são heróis da nossa agricultura – mesmo assim 1 hectare de um agricultor produz em média duas vezes mais milho, trigo, arroz, soja e feijão, mesmo com tantos entraves ideológicos. E como é que os senhores têm conseguido fazer isso? Não é de outra maneira que não com o uso de agrotóxicos, cada vez mais seguros e eficientes. Por isso o meu apelo aos senhores é que não permitam que esses preconceitos ideológicos se difundam contra o trabalho dos senhores e contra os agrotóxicos.

Para encerrar a minha manifestação, pergunto: quais são as quatro principais mentiras que nós ouvimos por aí acerca dos agrotóxicos? Os senhores já devem ter ouvido que agrotóxico mata. Os senhores já ouviram isso? É mentira, não existe nenhum caso de infecção por alimentos com agrotóxico, ao contrário, alimentos orgânicos, aqueles que as pessoas fazem muita propaganda dizendo que não contêm agrotóxico, já mataram muitas pessoas pelo mundo. Só para os senhores terem uma ideia, 35 pessoas morreram em 2011 com infecção de E.coli, porque o alimento não tinha agrotóxico.

Outra mentira: que os alimentos orgânicos, que não têm agrotóxico, são mais saudáveis ou mais nutritivos. Mentira! Nenhuma pesquisa científica comprova isso. E mais, também se diz que o alimento orgânico é o futuro do Brasil e que os senhores, que usam agrotóxicos, estão ultrapassados. Última, e principal mentira: a produção de alimentos sem agrotóxicos no Brasil é de apenas 0,5%, não dá para alimentar nem uma metrópole como São Paulo. Então o futuro do Brasil são os senhores, com agrotóxicos cada vez mais saudáveis, seguros e eficientes. Com um agrotóxico melhor e não com a abolição dos agrotóxicos.

Portanto, não permitam que ideias como essas ataquem o trabalho dos senhores, porque os senhores são, sim, os nossos verdadeiros heróis na economia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** **—** Nesta audiência pública também estão presentes a Coperacel, de Campos Novos; a Associação Rural e Sindicato Rural de São Joaquim; o senhor Vanduir Martini, presidente da Copérdia, de Concórdia; o Prefeito de Mondaí; o Vice-Prefeito Maurício Yamashiro, de São Joaquim; os Vereadores de Abelardo Luz, Armazém, Grão Pará, Massaranduba, Brunópolis, Água Doce, São Ludgero, Florianópolis, Campos Novos, Gravatal, Atalanta, Aurora, Monte Carlo, São Bonifácio, Bom Jardim da Serra, Aurora, Bom Retiro e Urubici.

Também quero registrar a presença e prestar uma homenagem especial a uma pessoa que ajudou a organizar todo este evento, o vice-presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina, Enori Barbieri, a quem eu peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Passo a palavra, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, ao Deputado Fabiano da Luz, por até quatro minutos.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ** – Quero cumprimentar o Deputado Marcos Vieira, que preside este evento, todos vocês aqui presentes, todos os Deputados e todas as autoridades. Nós já fomos muito bem contemplados pelas falas dos representantes das entidades, que deixaram bem clara a situação e expuseram o seu apelo, assim como também já fomos contemplados pelas falas dos Deputados, que mostraram a unanimidade em defesa da agricultura.

A verdade é que se vocês olharem para os quarenta Deputados, verão que cada um vem de uma região, de uma classe, de uma profissão e, muitas vezes, aqui a peleia pega também, o couro come, nem sempre há uma unanimidade em alguns temas, há sempre divergências, o que é normal e natural dentro de uma sociedade. Mas um dos poucos temas que nos une é justamente o da agricultura, porque nós sabemos o que ela representa, a importância que ela tem nos nossos Municípios, nas nossas comunidades e nas nossas famílias. Ela mantém, ela sustenta e traz um futuro, mesmo sabendo que o nosso grande problema e gargalo hoje é o envelhecimento no campo, ou seja, o envelhecimento das pessoas que estão ficando e sustentando as propriedades.

Mas em nome da nossa Bancada, do Deputado Carlito Merss, da Deputada Luciane Carminatti, do Deputado Neodi Saretta, quero dizer a todos que nós estamos sempre firmes e fortes na luta em defesa de toda a agricultura de Santa Catarina.

Um abraço a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** **—** Obrigado, Deputado.

Registro neste momento a presença dos Secretários Municipais de Agricultura de Itapoá, de Gravatal, de Aurora, de Ilhota, de Urupema, de Campos Novos, de Gaspar e de Tangará; do Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Blumenau; do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Concórdia; e do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Canoinhas.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Delegado Ulisses Gabriel, representando a Bancada do PSD, por até quatro minutos.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL DELEGADO ULISSES GABRIEL** **—** Senhoras e senhores, boa tarde. Eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Marcos Vieira, o Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, Deputado José Milton Scheffer, e agradecer a deferência da Deputada Marlene Fengler, do Deputado Julio Garcia, do Deputado Milton Hobus e do Deputado Ismael dos Santos por me permitir representar o PSD neste momento.

Senhoras e senhores, a agricultura parece fácil quando se fica brincando em um celular e o celular é o seu arado ou também quando se está numa sala, há quilômetros de distância de um milharal. Então as pessoas, muitas vezes, falam de agricultura sem conhecê-la, sem ter estado lá no campo, Arlindo Manenti, lá na comunidade de São Felipe, onde a minha avó e o senhor nasceram, andando em cima de uma taipa de arroz, empurrando uma zorra de fumo. E isso me preocupa, porque nós precisamos discutir a agricultura com conhecimento de causa, e a agricultura de Santa Catarina é a galinha dos ovos de ouro do nosso Estado.

Uma vez um casal muito avarento vivia reclamando de tudo, reclamava se chovia e reclamava se fazia sol. Esse senhor, o marido, estava no meio do mato tirando lenha e apareceu um duende, que perguntou: o senhor está tão abatido, por que está triste? E ele respondeu: porque eu não sou rico, eu não tenho ouro. E aí o duende falou: o senhor quer ter ouro? Eu vou lhe dar a galinha dos ovos de ouro, que todos os dias vai colocar um ovo de ouro. O senhor chegou em casa feliz da vida e falou para a mulher: ganhamos a galinha dos ovos de ouro. E aí, no primeiro dia, a galinha colocou um ovo de ouro e ele olhou para a esposa e falou: vamos ter que esperar até amanhã para termos o nosso próximo ovo? Vamos abrir a galinha para tirar os ovos que estão dentro dela.

A galinha, Zancanaro, é o agricultor catarinense e o governo não pode matar essa galinha, porque esse casal ficou sem a galinha e ficou desesperado. E agora? Eles queriam tudo e ficaram sem nada.

Eu sei que o Secretário Paulo Eli, da Secretaria de Estado da Fazenda, e o Secretário Ricardo de Gouvêa, da Secretaria da Agricultura, irão aconselhar o senhor Governador do Estado a aprovar a continuidade do Convênio 100. Lutem em prol do Estado de Santa Catarina fazendo esse aconselhamento, Secretários, evitando assim que isso ocorra em Santa Catarina, que é um Estado pujante.

Ao Município de Orleans, onde eu vivo, tem 31% da arrecadação decorrente da agricultura; ao Município de Nova Veneza, e estão aqui representantes daquela cidade, o Secretário da Agricultura e o Vice-Prefeito; ao Município de Turvo, que tem a representação do Arlindo e do Rogério Dagostin aqui, que trabalham e conhecem a minha família, pois sou filho e neto de agricultores, eu lhes pergunto: é isso o que nós queremos? É matar a nossa galinha dos ovos de ouro que fará com que Santa Catarina seja uma referência nacional e mundial?

Eu acho que Santa Catarina, através do Grupo de Trabalho 65, conduzido por Santa Catarina na área da agroindústria, porque o Estado tem *know-how*, tem que liderar esse movimento para fazer com que todos os demais Secretários de Estado aprovem a continuidade do Convênio 100, porque Santa Catarina precisa disso. E se não aprovarem, a Assembleia Legislativa então brigará com os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul promovendo uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o benefício deles, porque se eles promovem contra nós, como foi o caso do Paraná, nós temos que fazer uma guerra contra esses Estados. E se Santa Catarina, além disso, não conseguir vencer essa batalha, nós temos que aprovar leis, mesmo que sejam inconstitucionais aqui neste Estado, para garantir a diferença tributária e os outros Estados que venham brigar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado, senhoras e senhores, sei que vocês estão cansados, pois vieram dos mais longínquos Municípios de Santa Catarina. É duro, o trabalho é árduo, a batalha é árdua, mas o resultado será muito importante para Santa Catarina. Parabéns pela mobilização.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** **—** Agradecemos a participação do Deputado Delegado Ulisses Gabriel.

Neste momento faço o registro da presença do Secretário Municipal da Agricultura e Meio Ambiente de Urubici; dos Sindicatos Rurais de Witmarsum, Morro da Fumaça, Santo Amaro da Imperatriz e Anitápolis; da Associação dos Bananicultores de Luiz Alves; do Colegiado de Secretários de Agricultura e Pesca do Estado de Santa Catarina; do coordenador da Microrregião Carbonífera de Santa Catarina; do jurídico da Sociedade Catarinense de Medicina Veterinária; da Associação Empresarial de Campos Novos (Acircam); do presidente da Associação de Produtores de Cebola de Santa Catarina; da Associação de Agricultores de Rio Bonito e de Xaxim; da Associação de Rizicultores do Litoral Norte Catarinense; e da Associação de Fumicultores do Brasil.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Altair Silva, representando a Bancada do PP, por até quatro minutos.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL ALTAIR SILVA** **—** Saúdo todos os senhores e todas as senhoras presentes e o Deputado Marcos Vieira, que aqui preside esta importante audiência pública.

Eu quero dizer que nós temos um desafio à frente. E quero saudar aqui o Secretário Paulo Eli, que é o Secretário da Fazenda do Estado e que certamente é a pessoa que estará lá no Conselho Fazendário, na reunião de Secretários da Fazenda em nível nacional; bem como também saudar o Secretário Ricardo de Gouvêa, que são as duas principais autoridades aqui presentes que poderão contribuir para a solução do desafio que nos reuniu aqui neste dia. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Falo na condição de Deputado, mas também na condição de técnico agrícola que vive a agricultura, as propriedades rurais, e sabe o quanto é difícil para o produtor estar aqui no dia de hoje. Mas nós, da agricultura, sempre nos unimos de maneira muito mais forte nos momentos de adversidades, e aqui está uma adversidade. Não estamos pedindo nenhum favor, Deputado Zonta ‒ eu aprendi muito a fazer política com vossa excelência ‒, não estamos pedindo nenhum subsídio, aliás, a agricultura e a agropecuária brasileiras vivem sem subsídio algum. Mesmo que em cascata, nós temos uma carga tributária muito elevada, inclusive nos defensivos agrícolas, porque as embalagens que transportam os defensivos agrícolas têm carga tributária, tem ICMS sobre o transporte, tem carga tributária. Nós já pagamos muitos impostos para isso, eu tenho certeza.

Em 1994, quando se criou o Plano Real, que estabilizou a nossa economia e baixou a inflação, quem deu e quem dá até hoje o sustentáculo para o Plano Real ser a âncora comercial forte, a moeda forte, é a agropecuária brasileira, é a agropecuária catarinense. Secretário Paulo Eli, eu não o conhecia antes de chegar a este Parlamento, mas passei a respeitá-lo muito pela forma como conduziu o processo de deliberação de todos os incentivos fiscais juntamente com a Comissão de Finanças e Tributação e os quarenta Deputados Estaduais. Em todas as votações, quando chegamos a um entendimento sobre cada cadeia produtiva, o voto foi dos quarenta Deputados, mas quando se chegou na questão dos defensivos agrícolas, no produtor rural, o voto dos quarenta Deputados foi contra, não permitindo o aumento dos insumos agrícolas.

Então, essa é uma pauta de Santa Catarina, é uma pauta do agronegócio brasileiro. Nós precisamos que vossa excelência chegue lá em Brasília com a pasta na mão defendendo Santa Catarina e defendendo o produtor brasileiro. Não ao aumento da carga tributária para os insumos agrícolas! Pela manutenção do Convênio 100/97! O governo do Estado já deu o indicativo quando nós aprovamos a prorrogação do aumento dos incentivos agrícolas, ou seja, a prorrogação do aumento da carga tributária dos defensivos agrícolas quando prorrogamos o Convênio 100/97 para abril, ali o governo do Estado deu o primeiro indicativo de que pode rever a sua visão em relação aos defensivos agrícolas, porque ele sancionou, não vetou, ou seja, concordou.

E agora nós pedimos mais uma vez, Secretário, que vossa excelência seja o porta-voz do governo Carlos Moisés, o porta-voz da mesma medida que já foi sancionada, e defenda a prorrogação do Convênio 100/97, sem aumento da carga tributária para os insumos agrícolas.

Muito obrigado, senhor Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Agradeço a participação do Deputado Altair Silva.

Registramos a presença do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Abelardo Luz, Anita Garibaldi, Alfredo Wagner, Araranguá, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Braço do Norte, Canoinhas, Concórdia, Curitibanos, Irineópolis, Ituporanga, Joaçaba, Major Vieira, São Bonifácio, São Lourenço do Oeste, Campo Belo do Sul, Itapiranga, Palmitos, Pinhalzinho, São Bento do Sul, Vidal Ramos, Faxinal dos Guedes, Jacinto Machado, Meleiro, Grão-Pará, São João do Sul e Turvo; do ex-Secretário Adjunto da Agricultura, Airton Spies; e do Vereador de São João do Sul. Sejam todos bem-vindos.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Marcius Machado.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MARCIUS MACHADO** ­— Obrigado, Presidente.

Boa tarde a cada um e a cada uma que vem dos mais variados rincões de Santa Catarina à Assembleia Legislativa para lutar por um direito tão importante, que é o direito de trabalhar e tirar o fruto da terra. Cumprimento o Presidente desta audiência pública, Deputado Marcos Vieira; o Secretário Ricardo de Gouvêa, da Agricultura; as Deputadas; o Vereador Hamilton, de Bom Jardim da Serra, em nome dos quais cumprimento todos os demais.

Eu sou da serra catarinense e dos dezoito Municípios da região, o único Deputado Estadual eleito sou eu e estou aqui trabalhando de forma muito intensa. Sou neto de agricultores por parte da minha mãe e uma das coisas mais tristes que nós observamos é quando um homem e uma mulher não conseguem dormir, não conseguem descansar com medo de uma chuva intensa, com medo de uma seca que se arrasta há muito tempo, ou com medo que venha uma chuva com granizo e destrua toda a plantação. E agora, senhor Presidente, o medo é de uma taxação de impostos, o medo é de não ser competitivo, o medo é de não conseguir escoar a sua produção.

Encerrando a minha fala, até para não me alongar, quero dizer que me lembro de uma máxima lá do movimento estudantil, que dizia o seguinte: se ficar o bicho come, se correr o bicho pega, mas se unir o bicho foge. E é isso o que vocês estão fazendo, união dentro da grande diversidade para fazer o Estado crescer ainda mais e não ter taxação.

Contem sempre comigo. Vamos lá: Viva Santa Catarina! Viva o agricultor! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Obrigado, Deputado Marcius Machado.

Registramos a presença dos Vereadores de Frei Rogério e do Secretário Municipal de Agricultura de Bom Jardim da Serra. Sejam todos bem-vindos.

Com a palavra o eminente Deputado Estadual Nazareno Martins.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL NAZARENO MARTINS** — Quero cumprimentar o Presidente desta audiência pública, Deputado Marcos Vieira; o nosso líder da área agrícola e amigo, lá do Rincão, Deputado José Milton Scheffer, que muito prestigia o povo da agricultura; os meus grandes amigos Zonta e Zeferino Pedroso; o nosso 1º Vice-Presidente da Assembleia, Mauro de Nadal; os meus amigos Titon e Cobalchini, e todos esses grandes lutadores, que são os agricultores. Também cumprimento a Faesc e agradeço a sua presença; e também a Fetaesc – eu fui presidente de Sindicato dos Trabalhadores por vinte anos e muito frequentei a Fetaesc.

Estou aqui hoje para defender os agricultores e pedir, encarecidamente, ao nosso amigo e Secretário Ricardo de Gouvêa e ao Secretário Paulo Eli que trabalhem, que deem a força para prorrogar o Convênio 100. Vejam a maravilha do agricultor, o símbolo dele, todos de boné. Gente, vamos fazer um grito de guerra, tirar o boné e dizer: “Prorrogação do Convênio 100”, para que o agricultor tenha essa garantia, para que não aumentem os impostos. Eles não conseguem mais, gente, trabalhar tanto. Quem conhece a agricultura sabe que quem trabalha de sol a sol muitas vezes não tem nada de lucro. Eu sou Deputado de primeira legislatura, mas jamais darei meu voto para aumentar qualquer tipo de imposto.

Gente, eu agradeço a vocês que vieram de todos os recantos de Santa Catarina para participar desta audiência. E quero agradecer aqui principalmente o Enori, que é o cara que faz a diferença. Obrigado, gente, por participarem desta audiência pública.

O meu muito-obrigado e um forte abraço a todos vocês. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Com a palavra a Deputada Paulinha, líder do governo Carlos Moisés nesta Casa, por até quatro minutos.

**A SRA. DEPUTADA ESTADUAL PAULINHA** — Obrigada, Deputado Marcos.

Primeiramente, muito boa-tarde a todas e a todos. Quero iniciar minha saudação aqui fazendo uma menção honrosa às mulheres agricultoras, já que nós estamos no mês de março, o mês da mulher, e em teu nome, Zezo, abraço todos os agricultores que hoje nos visitam nesta Casa, deixando também um singelo abraço ao pessoal da Fetaesc. O Valter não está aí hoje, foi cumprir uma missão em Brasília, mas me ligou hoje cedo me dando uma missão também: tu não nos abandones, Paulinha, não abandones o povo da agricultura.

Então deixa eu lhes dizer aqui: quero falar no exercício da liderança do governo e também me coloco representando o PDT, que é o meu partido – e o Deputado Rodrigo Minotto infelizmente não está conosco neste momento. Eu enalteço o trabalho do Parlamento e digo a vocês todos que uma das razões pela quais eu encontrei nobreza aqui foi justamente nessa causa.

No ano passado, que foi o ano mais ardido, mais tenso dessa negociação, não faltou apoio de nenhum Parlamentar. Essa foi uma causa liderada pelo Marcos, pela Marlene, pelo Zé Milton, pelo Sopelsa, enfim, por todos que estão aqui, e em uníssono não se discutiu questões de governo, de política ou de partidos, em tom de Oposição ou Situação, discutiu-se em benefício do Estado. E essa posição que foi tomada no ano passado acabou sendo corroborada pelo nosso Governador, porque a ele — ainda que tenha provocado toda essa confusão e vocês sabem disso — não faltou entendimento quando a bancada de Parlamentares do Estado pôs a situação do agricultor catarinense em suas mãos.

Eu quero aqui, meu querido Marcos, além de enaltecer o teu trabalho como Presidente desta audiência, agradecer também a presença do Ricardo e do Paulo Eli, ambos estão aqui absolutamente empoderados para ouvir os reclames, os apelos da sociedade catarinense, do povo da agricultura, e cumprirem com essa missão agora na reunião que vai se seguir.

Eu quero dizer também que corroboro com a fala de todos os colegas que me antecederam. Cada um põe a sua emoção e o seu compromisso com a agricultura de um jeito diferente. Eu acho que sacudindo o Estado não há uma família que não tenha envolvimento com a agricultura e, por isso, vou deixar de contar a minha história, que também passa por ela, porque eu acho que é a história de todos e todas nós. Mas como líder eu quero dizer aqui a vocês: eu só aceitei esse desafio por uma razão, não por duas — tanto que nós não discutimos em nenhum momento favores, troca de cargo, nada disso —: para auxiliar na facilitação do diálogo e porque eu acredito, realmente, com toda a pureza do meu coração, que o Governador está disposto a ouvir aquilo que o seu povo tem a dizer. E nós pedimos com gentileza e humildade apenas isso: que o seu povo seja visto e seja ouvido, e é para cumprir essa missão que o Paulo Eli e o Ricardo se encontram aqui.

Quero reiterar o nosso compromisso, não apenas meu, mas dos quarenta Parlamentares, agradecer a visita de vocês mais uma vez, e dizer que eu discordo daqueles que acham a agricultura fraca. Eu acho que ela é, sim, o movimento mais forte do nosso País, porque foi o único setor que conseguiu ser preservado na questão da reforma da Previdência, que passou agora recentemente.

Com o orgulho que tenho da luta das categorias de agricultores, eu empenho aqui, Marcos Vieira, o meu compromisso nessa luta. Que Santa Catarina, Secretário Paulo Eli, compreenda e entenda o recado que está mais do que bem dito neste momento, nesta tarde, subscrito pelos quarenta Parlamentares e por todo o nosso povo. Tenham a certeza que não vai faltar o compromisso do governo, não por mim que não sou grande coisa, eu não seria capaz de promover essa mudança, mas a união de todos nós, esta, sim, sensibiliza o coração de um bom homem, porque o Moisés é, sim, um bom homem e isso precisa ser dito aqui.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Agradeço a manifestação da eminente Deputada Paulinha.

Com a palavra o senhor Harry Dorow, representando o Alto Vale do Itajaí, por até dois minutos.

**O SR. HARRY DOROW —** Cumprimento todos os agricultores presentes, os Presidentes da Comissão de Finanças e da Comissão de Agricultura, o Secretário Gouvêa e em especial o Secretário Paulo Eli.

Eu gostaria de fazer uma referência, Paulo e Ricardo de Gouvêa. No final da década de 1960 nós fomos desafiados a implantar essa tecnologia que estamos usando hoje com o apoio do governo federal, do governo do Estado, com todo o corpo técnico que existia na época. Vinte anos depois nós transformamos este Estado no maior produtor de alimentos de todos os tempos; quarenta anos depois, este Estado passou a ser o quinto produtor de alimentos.

Então nós desempenhamos o papel para o qual fomos designados tecnicamente. E a nossa preocupação é este momento, quando se fala em tributar os defensivos agrícolas, porque a tecnologia foi acompanhada pelos fertilizantes e pelos defensivos, não teve outra tecnologia, e muito disso foi melhorado de lá para cá. Agora, se nós tributarmos hoje, o que vai acontecer? Vamos destruir todo o sistema produtivo conquistado em todo esse período.

Então, Secretário Paulo, o nosso pedido é que o senhor trabalhe pela prorrogação do Convênio 100 e leve isso para a discussão da reforma tributária no Congresso Nacional.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Com a palavra o senhor João Carlos Didomênico, representando o meio-oeste.

**O SR. JOÃO CARLOS DIDOMÊNICO** — Nossa saudação aos Deputados, em especial aos Deputados Marcos Vieira e Zé Milton; aos senhores Secretários da Agricultura e da Fazenda; ao nosso amigo Zezo; às senhoras e aos senhores.

Ser agricultor é uma tarefa muito difícil. O cara tem que ter, antes de mais nada, muito amor à terra, muita vontade e esperança de dias melhores. É isso que nos faz homens e mulheres fortes para poder encarar toda a adversidade que o campo traz. Agora mesmo Santa Catarina está enfrentando uma situação climática bastante severa. Nós temos na região do Planalto uma seca que está judiando bastante das nossas culturas, mas assim mesmo estamos lá preparados, prontos para plantar uma nova safra e seguir em frente, porque essa é a nossa missão, encarar os problemas que temos dentro da fazenda. É para isso que aprendemos a nos unir por meio do cooperativismo, por meio dos sindicatos, para ficarmos fortes, para produzirmos melhor, para usarmos mais tecnologia, para termos uma condição de vida melhor para nosso povo lá no campo, mas, principalmente, para produzirmos alimentos para esse Brasil afora e para o mundo.

Há quarenta anos importávamos quase todos os alimentos que o brasileiro consumia e hoje somos um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, mas isso não foi de graça, foi com o suor, com a fé, com a esperança e com muito trabalho dos agricultores. Nós, como agricultores, nesses anos todos acabamos aprendendo que temos que ser fortes e estar unidos para poder enfrentar as adversidades que a nossa atividade nos impõe.

Dentro da fazenda hoje aplicamos alta tecnologia. Acabamos de ouvir aqui que tem produtor colhendo 240 sacas de milho por hectare, mesmo com a seca. Vinte anos atrás nem sonhávamos com isso, e isso é tecnologia, isso custa caro, isso tem que ser aplicado para poder dar sustentação para esse campo todo que nós temos.

Santa Catarina é um Estado de pouca terra agricultável, mas com agricultores valorosos que sabem encarar e enfrentar todas as situações. O que não esperávamos era ter que estar aqui reunidos para resolver problemas alheios a nossa situação lá no campo, para enfrentarmos um problema criado por uma vontade do Governador. O que precisamos é nos manter unidos para viabilizarmos o nosso negócio para fora da porteira, porque para fora da porteira já temos problema que chega, temos problemas de logística, temos insegurança jurídica, insegurança tributária, insegurança de insegurança — todo dia as fazendas sendo assaltadas. Nós temos muitos problemas, então vamos atacar esses problemas em vez de onerar, mais uma vez, o homem do campo.

Senhores, nós precisamos nos manter unidos e sensibilizar o Governador, sensibilizar esse homem, para poder manter a classe produtora de Santa Catarina unida, forte, coesa e trabalhadora.

Muito obrigado. (*Palmas.*) [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Com a palavra o senhor Vanir Zanatta, representando o sul.

**O SR. VANIR ZANATTA —** Boa tarde a todos e a todas.

Parabéns por estarem aqui, por saírem de casa em um dia de trabalho, saíram de casa ontem, vocês dormiram no ônibus, dormiram em algum lugar para estarem aqui hoje, defendendo algo por todos os agricultores de Santa Catarina.

Lá no sul do Estado nós também temos problemas, sim, enfrentamos a concorrência, como falou aqui o Zé Milton, de 30% a menos de custo no arroz, mas não é só no arroz, nós temos banana, maracujá, leite, temos todo tipo de hortifruti, e todo defensivo agrícola que é usado é defensivo, é o mesmo que fitofármaco, não é, Dionísio? É o remédio das plantas, assim como tem o remédio do ser humano que vende nas farmácias, que é o quê? Não é uma droga? E isso chamam de drogaria e levamos as crianças lá dentro ainda. E onde compramos os defensivos? Em uma casa agropecuária, como já foi falado aqui, com receituário, tem técnicos, tem agrônomos que apresentam, que recomendam, que acompanham.

Então por tudo isso, senhores Deputados, eu acho que vale a pena batalhar e brigar, e aqui já foi demonstrada a união desse povo no sentido de que fique do jeito que está, convênio sendo prorrogado, aguardando a reforma tributária.

Quero cumprimentar todos os Deputados e agradecê-los por estarem do nosso lado; agradecer o nosso Secretário Ricardo de Gouvêa, obrigado, e que bom que está aqui conosco; o Paulo Eli também, mas pedimos que levem ao nosso Governador Moisés esse recado, porque nós precisamos continuar produzindo em Santa Catarina, produzindo com excelência, produzindo alimento e gerando riquezas para o nosso povo.

Muito obrigado e tenham todos uma boa-tarde. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Com a palavra o presidente da Associação dos Produtores de Cebola de Santa Catarina (Aprocesc), senhor Jelson Gesser.

**O SR. JELSON GESSER** — Muito boa-tarde a todos.

Eu gostaria imensamente de cumprimentar cada produtor de cebola que se deslocou lá do Alto Vale do Itajaí, da região de Ituporanga, para se fazer presente nesta audiência tão importante. Isso significa que o produtor sabe o que quer.

E permitam-me aqui falar mais com a emoção do que com a razão: nós não queremos mais pagar impostos, não queremos mais impostos no setor produtivo da agricultura. Santa Catarina é o maior produtor de cebola do Brasil, nós temos mais de oito mil famílias que dependem dessa cultura no Estado, a maioria deles é agricultor familiar e todos eles, posso falar com toda a certeza, por unanimidade, não querem mais aumento de impostos no custo de produção. Nós estamos com a água entre a boca e o nariz, então se subir um pouco mais acabou, essa é a realidade.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Marcos Vieira, Presidente desta Comissão, e agradecer pelo empenho, por abrir este espaço para o produtor, para o setor produtivo vir aqui e se mobilizar, mostrar o que quer. Cumprimento o senhor Secretário, os senhores Deputados e os demais.

Bom retorno e fiquem todos com Deus. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Senhores, antes de entrarmos na fase final da audiência pública, eu peço a todos um pouquinho mais de paciência, é muito importante, não só a todas as senhoras e a todos os senhores que estão aqui no auditório, mas a todos aqueles que estão na sala de reunião das Comissões, no Plenarinho, no Plenário, no *hall* e em outros ambientes vendo esta audiência pública.

A sessão de hoje foi aberta e encerrada pelo senhor Presidente tendo em vista que todos os senhores Deputados e todas as senhoras Deputadas vieram para esta audiência pública. O senhor Presidente entendeu que no dia de hoje a realização desta audiência pública era o assunto mais importante da pauta da Assembleia Legislativa, por isso ele encerrou e veio para cá.

No entanto, a rainha Amanda e as princesas Giovana e Rafaela, da 38ª Mostra do Campo, de Bocaina do Sul, saíram da sua cidade e vieram para cá porque às 16 horas fariam uma apresentação, o que não ocorreu. Então sua excelência, o senhor Presidente Julio Garcia, e atendendo a um pedido do Deputado Marcius Machado, vamos, excepcionalmente, convidar a rainha Amanda Miotto e as princesas Giovana Varela Santana e Rafaela Moliner Amarante para fazerem o convite para que todos possam participar da 38ª Mostra do Campo, de Bocaina do Sul. (*Palmas.*)

Antes quero ainda fazer o registro da presença dos Sindicatos de Jaraguá do Sul, Barra Velha, Balneário Barra do Sul, Araquari e Guaramirim; do Vereador Lino Peres, de Florianópolis; do Secretário de Major Vieira; e do Prefeito de Bocaina do Sul.

Com a palavra a rainha Amanda Miotto, por até dois minutos, para fazer o convite.

**A JOVEM RAINHA AMANDA MIOTTO** — Boa tarde a todos.

Somos as realezas da 38ª Mostra do Campo, de Bocaina do Sul. É uma honra estar hoje na Assembleia Legislativa de Santa Catarina para divulgar a nossa grandiosa festa que acontecerá entre os dias 16 e 19 de abril, em Bocaina do Sul, na serra catarinense.

**A JOVEM PRINCESA GIOVANA VARELA SANTANA** — Boa tarde.

Teremos, como programação da 38ª Mostra do Campo, bailes e *shows*, prova campeira, apresentação cultural, gastronomia típica, feira, exposição, desfile típico, baile da melhor idade e torneio de dominó.

**A JOVEM PRINCESA RAFAELA MOLINER AMARANTE** —Teremos também cavalgada e o 13º Rodeio Crioulo, com R$ 75 mil em prêmios, com o 1º Duelo Mostra do Campo, laço equipe e laço dupla, e a 1º Laçada Lendas do Laço.

Agradecemos a oportunidade e contamos com a presença de todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Muito obrigado e pedimos uma calorosa salva de palmas. (*Palmas.*)

Vamos ouvir o senhor Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, Ricardo de Gouvêa, por até dez minutos.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO RICARDO DE GOUVÊA (SC)** — Boa tarde a todos.

Antes de tudo gostaria de cumprimentar o Presidente da Assembleia, senhor Deputado Julio Garcia; o Deputado Marcos Vieira, Presidente desta audiência pública; o Deputado Zé Milton; o senhor José Zeferino Pedroso, da Faesc, e em seu nome cumprimentar todos os Sindicatos Rurais e os produtores do Estado de Santa Catarina; o presidente da Fecoagro, senhor Cláudio Post, e em seu nome cumprimentar todas as cooperativas, as lideranças das cooperativas aqui presentes; o meu colega Paulo Eli, da Fazenda; e todos os Deputados presentes que estiveram aqui, mas principalmente dar os parabéns a todos os produtores, agricultores e agricultoras do Estado de Santa Catarina.

Apesar de a estiagem estar assolando de certa forma, principalmente a região do planalto, ainda assim temos excelentes resultados na agricultura, com excelentes trabalhos, e isso acontece, sem dúvida nenhuma, por todo um esforço, mas principalmente pelo manejo do produtor, porque não adianta tecnologia se o produtor não estiver com vontade, interessado e consiga fazer o seu manejo. O manejo sem dúvida é importante e é por meio da assistência técnica, da própria Faesc, da Epagri, das cooperativas, que toda essa orientação é dada, fazendo com que vocês consigam chegar a números, como foi dito aqui, de 240 sacas de milho por hectare, e isso é recorde quase nacional, é muito trabalho, é muita dedicação, sem dúvida nenhuma.

Eu sei que o nosso tema é a questão do incentivo fiscal para o insumo agrícola, mas eu preciso falar um pouquinho, sem dúvida nenhuma, de qual é a posição e como fica o governo com relação à agricultura de Santa Catarina, senão daqui a pouco vai parecer que nós estamos só falando do insumo. Nós temos um programa da agricultura muito maior e nós, na Secretaria, atendendo as políticas do Governador e numa parceria muito grande com a Secretaria da Fazenda, conseguimos este ano aportar R$ 53 milhões no Programa Terra Boa, que em parceria com a Fecoagro distribui calcário, semente de milho, *kit* abelha, *kit* forrageira, deixando assim o solo mais saudável. É um valor extremamente alto e muitos Estados gostariam de também ter essa possibilidade.

Para o Fundo de Desenvolvimento Rural, que é administrado pela Secretaria, conseguimos trazer bem dizer o dobro do valor dos últimos anos, também numa parceria com o Secretário Paulo Eli. O Fundo de Desenvolvimento financia principalmente o Programa Menos Juros, o programa de financiamento a pequenos produtores, aporta recursos para várias atividades de produtores, de pequenos produtores e da economia familiar, principalmente do pessoal que se encaixa no Pronaf. E conseguimos também triplicar o valor do nosso Fundo Estadual de Sanidade Animal (Fundesa), fazendo com que possamos indenizar o produtor que precisa fazer o abate sanitário a fim de que, efetivamente, acabemos com algumas doenças, como a brucelose e a tuberculose no Estado. Isso acontecendo, poderemos pensar, por exemplo, na cadeia produtiva do leite, parando de pensar só naquele leite UHT e começando a pensar na exportação de um leite, mas para isso nós precisamos ter qualidade do leite. Então, são vários os programas.

Eu me referi só a esses para dizer que o governo do Estado está voltado para a agricultura, está preocupado com a agricultura, e o Governador me pediu que transmitisse a vocês que ele vai defender a competitividade da agricultura de Santa Catarina.

Eu gostaria de ler aqui parte da nota de esclarecimento, que muitos de vocês já conhecem, que foi publicada ontem pelo Governador. Ela diz o seguinte:

(*Passa a ler*.)

"O Governo do Estado não estuda nenhum projeto de aumento de imposto dos defensivos agrícolas. A discussão encontra-se em âmbito federal, no fórum do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O Governo do Estado reconhece e destaca a importância do homem do campo, responsável por 30% do PIB catarinense por meio do agronegócio. O que buscamos e defendemos é o consenso entre as Unidades da Federação (...).”

Então o Governador, como também o Chefe da Casa Civil, nos pediram para passar e esta é a orientação que a agricultura tem tido, ou seja, por intermédio das nossas entidades Epagri, Cidasc, Ceasa, apoiar o produtor, o pequeno produtor, o produtor familiar, a maricultura, a pesca de Santa Catarina, para que não fiquemos só no destaque da venda de suínos e aves, setor no qual eu passei trinta anos da minha vida. Queremos também que o alho, a cebola — está aqui o representante da Associação dos Produtores de Cebola — sejam exportados, assim como também podemos exportar leite condensado, creme de leite e outros derivados do leite para muitos países. Tenham a certeza que tudo isso faz parte do incentivo e da visão do programa político, vamos dizer assim, do governo do Estado de Santa Catarina.

O Governador deixa claro também que a posição de Santa Catarina para o Confaz é de que se os Estados entenderem que não tem porque tirar a isenção, ou seja, renovar o Convênio 100 simplesmente, Santa Catarina estará junto e apoiará essa situação. Eu acho que já está mais do que clara a prova da posição do Governador diante de tudo, já foi bem evidenciada quando a própria Assembleia Legislativa, em votação decide, por um projeto de lei, prorrogar a isenção do incentivo até abril deste ano. E o Governador simplesmente entendeu que era essa a posição e não vetou, simplesmente manteve a posição da Assembleia, que é o manifesto sem dúvida de todos vocês. Então isso já mostra uma mudança de posição do próprio Governador, a preocupação com a cadeia produtiva.

E eu posso dizer para vocês que estou de certa forma tranquilo na Pasta da Agricultura, sabendo que nós vamos, sim, fazer uma agricultura em Santa Catarina cada vez mais forte, cada vez melhor. Podem contar comigo na Secretaria da Agricultura. Era essa a informação que eu queria trazer a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Agradecemos a participação do eminente Secretário Ricardo de Gouvêa.

Registramos a presença do Deputado Jessé Lopes, que também assinou a moção em apoio aos produtores rurais pela continuidade da isenção do ICMS. Uma salva de palmas para o Deputado Jessé (*palmas*). E registramos também a presença do presidente da Associação Verdes Campos, de Água Doce (Abercam). Seja bem-vindo.

Nós, agora, passaremos a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda, o senhor Paulo Eli, e peço que todos tirem o boné para saudar o Secretário Paulo Eli. Uma salva de palmas ao Secretário Paulo Eli. (*Palmas.*)

(*Todos os presentes tiram o boné numa deferência ao Secretário Paulo Eli.*)

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC)** — Boa tarde, senhores Deputados, senhoras Deputadas, senhores agricultores, senhores representantes de entidades.

Duas mil pessoas para uma audiência pública sobre ICMS dos defensivos agrícolas, imaginem se fosse para discutir o Convênio 100, então viriam duzentas mil pessoas. Mas o que nós estamos discutindo hoje é o Convênio 100, a discussão de defensivos agrícolas foi encerrada com a sanção da lei no ano passado, nós não estamos discutindo mais tributação de defensivos agrícolas, nós estamos discutindo no Confaz o Convênio 100, e o Convênio 100 está a perigo. Mas sobre isso eu vou falar daqui a pouquinho.

O Convênio 100 foi editado em 1997 – nessa época eu era representante da Fazenda no Confaz, como funcionário da Fazenda, e também fui representante da Fazenda na edição da Lei Complementar 87/1996, que é a Lei Kandir, quando estabelecemos todo esse sistema tributário, que foi construído nesses dois anos, em 1996 e em 1997. A Lei Complementar 87/1996, chamada Lei Kandir, deu a isenção para a exportação dos produtos agropecuários, que antes pagavam 13%, e para todos os produtos semielaborados, como madeira serrada, soja, milho, frango. Todos esses produtos na exportação pagavam ICMS e com a edição da Lei Kandir simplesmente a exportação desses produtos ficou isenta.

Com a edição do Convênio 100, que se deu no ano seguinte, basicamente se estabeleceu um normativo de como deve funcionar o sistema agrícola nacional. Ficou estabelecida a tributação entre os Estados dos insumos agropecuários e do milho também, com base de cálculo reduzida. Por exemplo, para o milho a alíquota interestadual é de 7,2, a alíquota interna é isenta, mas ele é insumo de produção e depois os produtos saem tributados. Esses dois instrumentos, o Convênio100 e a Lei Complementar nº 87, que deu a isenção na exportação dos produtos naturais, fizeram com que o agronegócio brasileiro explodisse. Então, basicamente, essa regra tributária que foi construída naquela época deu todo esse desenvolvimento agropecuário para o País – e se vocês olharem naquela época, eu acho que nós produzíamos 60 mil toneladas de grãos, não é, Spies?

Eu ajudei a construir esse sistema e não estou disposto a destruir esse sistema, e a posição de Santa Catarina sempre foi pela prorrogação do Convênio 100. No ano passado, no Confaz, nós conseguimos prorrogar um ano, mas o que acontece aqui? Nós temos muitos Estados que têm problemas fiscais, como o Mato Grosso, que tem folha atrasada. O Mato Grosso vende o milho para nós a 7,2%, mas ele quer mandar a 12%, só que para mandar a 12% ele tem que derrubar o Convênio 100. Santa Catarina é um Estado que não produz insumos agropecuários, nós somos compradores líquidos de insumos agropecuários de outros Estados, e a redução de base de cálculo interestadual nos favorece muito, porque não precisamos bancar o crédito. Então vocês imaginem: nós temos que comprar 4 milhões de toneladas de milho do Mato Grosso e dos outros Estados com 12%; hoje nós pagamos 7,2% e teríamos que pagar 12%, ficando mais cara a vinda do milho. Então Santa Catarina é favorável à prorrogação do Convênio 100.

A discussão dos agrotóxicos ficou encerrada com a edição da lei quando o Governador sancionou, e não foi o Governador Moisés que botou o bode na sala, não foi – eu fui Secretário Adjunto da Fazenda em 1998 também, fui reconduzido agora em 2018, estou fazendo dois anos de Secretaria da Fazenda. Em função da pressão da mídia, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, a Assembleia Legislativa editou uma lei para limitar os benefícios fiscais a 16% da arrecadação dos impostos e deu um prazo de quatro anos para reduzir os benefícios fiscais para 16%. O Ministério Público me acionou, abriu um processo contra mim dizendo que eu era obrigado a passar... que o primeiro produto escolhido para tirar o benefício fiscal foram os agrotóxicos. Eu tenho todos os processos comigo. Agora eu vou responder para o Ministério Público porque a Assembleia Legislativa não aceitou tirar a isenção dos agrotóxicos. Então o meu processo está encerrado. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Em 2018 nós editamos várias medidas para reduzir a renúncia fiscal e uma delas foi a tributação dos agrotóxicos, que vem desde 2018, para entrar em vigor em 2019. Não foi o Governador Moisés que botou o bode na sala, quem botou o bode na sala fui eu, porque eu tenho que aprovar as minhas contas no Tribunal de Contas, e ele já está me perguntando: você está cumprindo o que Assembleia Legislativa determinou? Nós temos uma determinação legal de reduzir a renúncia fiscal para 16%.

Voltando ao Convênio 100, nós sabemos que o Estado é o portador líquido de todos os insumos. Então, qual é a primeira alternativa que temos no Confaz? Nós vamos levar a proposta de prorrogação do convênio, mas nós temos três Estados que podem bloquear essa proposta, porque tem que ser unanimidade. Por isso temos que construir uma pauta alternativa. Eu vou para Brasília segunda-feira e vamos tentar ver o que os outros Estados vão decidir no dia 3 de abril, em Natal, com relação à tributação dos insumos agropecuários.

Eu acho que a questão aqui não é defensivo agrícola, é insumo agropecuário, que é o Convênio 100, e a posição de Santa Catarina é pela sua manutenção, só que os Estados podem bloquear e vão discutir o que fazer. Tem Estado que está propondo 4%, como São Paulo, tem Estado que quer fazer o *break*, que é simplesmente derrubar tudo para fazer uma nova tributação, e essa é a posição que eu ouvi do Estado do Mato Grosso, porque como esses Estados perdem ICMS quando mandam para Santa Catarina com redução de base de cálculo, eles dizem... O Mato Grosso diz o seguinte: eu estou perdendo a diferença de 7,2% para o 12% na minha arrecadação. Então todos os Estados estão pensando nisso.

Só para deixar claro, Santa Catarina é favorável à prorrogação do Convênio 100, que é o pleito da Assembleia e é também o pleito da Secretaria da Fazenda, porque o setor agrícola é importante para nós. Eu ajudei a construir esse sistema que temos hoje junto com os técnicos da Fazenda e não serei eu quem vai derrubá-lo, já que ele basicamente foi o grande causador de todo esse desenvolvimento econômico agropecuário que nós temos no País. Se nós estivéssemos tributando a exportação dos semielaborados e dos produtos agropecuários, o nosso produto ficaria 13% mais caro no exterior.

É isso, senhores. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)** — Senhoras e senhores, eu quero, de forma muito respeitosa, cumprimentar todos vocês que vieram dos quatro cantos do Estado de Santa Catarina, de Passo de Torres, de Itapoá, de Dionísio Cerqueira, de Itapiranga, de Anita Garibaldi, de Mafra, de Canoinhas. Em poucos minutos vou tentar contextualizar o objetivo principal desta audiência pública.

Quando adentrou nesta Casa, em abril de 2018, o projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, verificou-se que a quantidade de incentivos fiscais concedidos chegava a R$ 26 bilhões, praticamente de 25% a 26% do total do Orçamento. É verdade, acendeu a luz amarela dos senhores Deputados, em especial da Comissão de Finanças e Tributação, da qual eu presidia. Resolvemos, então, de comum acordo e com a aprovação de 100% dos quarenta Deputados no plenário, aprovar uma emenda determinando que o governo do Estado, nos quatro anos seguintes, 2019, 2020, 2021 e 2022, reduzisse de 25%, 26% os incentivos fiscais para cerca de 16%, ou seja, na faixa de quase R$ 420 milhões, R$ 450 milhões por ano. Mas o governo do Estado não esperou o exercício de 2019 e, em dezembro, editou dois importantíssimos decretos em Santa Catarina, o Decreto 1.866 e o Decreto 1.867.

O Decreto nº 1.866 excluía muitos setores produtivos da isenção dos incentivos fiscais, inclusive o setor da agricultura do Estado de Santa Catarina, com o qual o governo não quis conversar, é verdade – estão aqui os representantes das entidades, o senhor José Pedroso é um deles. Todos acorreram para a Assembleia Legislativa e o senhor Presidente desta Casa, o Deputado Julio Garcia, recebeu-os de portas abertas e pediu que todos os senhores Deputados e todas as senhoras Deputadas atendessem não só o setor da agricultura, mas todos os setores atingidos em Santa Catarina, o que foi feito.

Mas quero aqui fazer uma referência especial ao Secretário Paulo Eli, que desde o início se colocou à disposição para conversar com os Deputados e os setores produtivos. Foi ele que se dispôs a vir a Assembleia sentar com os Deputados e com todos os setores produtivos, capitaneados que foram pelo Mario Cezar de Aguiar, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. O imbróglio foi criado, tivemos que elaborar um projeto de lei suspendendo os efeitos dos Decretos 1.866 e 1.867, fazendo com que o direito de continuidade do benefício de isenção fiscal de vocês fosse restituído. Mas o governo não se deu por contente e editou a medida provisória implantando o ICMS escalonado para os defensivos agrícolas de Santa Catarina, ou seja, os insumos agrícolas.

Lembro-me bem da tramitação dessa medida provisória na Comissão de Constituição e Justiça. O sabedor e entendedor das causas da agricultura, o Deputado Romildo Titon avocou para si a relatoria e fez a devida modificação que tinha que fazer, resgatando uma redação para que fosse dado a todos vocês o direito de continuarem tendo a isenção do ICMS. Ela veio para a Comissão de Finanças e nós a convertemos em projeto de lei ordinária, cujo texto do Deputado Romildo Titon restou aprovado no plenário pelos quarenta senhores Deputados. Mas tem uma emenda do Deputado José Milton Scheffer que está prevalecendo até hoje, está na Lei 17.820: (*Passa a ler.*)

“Art. 1° Enquanto vigorar o Convênio ICMS 100/97, de 4 de novembro de 1997, do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), fica concedida a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas saídas internas dos seguintes produtos: inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas (...).” (*Cópia fiel.*)

Enfim, todos os insumos agrícolas.

Mas eu quero voltar a falar um pouquinho sobre a fala do Secretário Paulo Eli, na qual afirmou que ele tem a obrigação de reduzir os incentivos fiscais por imposição da Assembleia Legislativa. É verdade, de 2018 para 2019, é verdade, tanto na LDO quanto no Orçamento estava lá, mas em razão do imbróglio criado pela edição dos Decretos 1.866 e 1.867, pedimos ao senhor Presidente da Casa que pudéssemos elaborar dois projetos de lei, um prorrogando a isenção e outro revogando parte do artigo 45, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que foi feito. E hoje o Estado não tem qualquer obrigatoriedade de reduzir os incentivos fiscais, até porque já reduziu o suficiente em 2019, pois o Estado arrecadou além do previsto R$ 2 bilhões.

Hoje, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na LDO (*sic*), não consta qualquer obrigação ou qualquer determinação para que o Estado reduza os benefícios fiscais. Pode conceder, mas de acordo com o que preceitua a Lei Complementar Federal 160, que é o Confaz que autoriza, mas é a Assembleia Legislativa de cada Estado que tem que convalidar aquilo que é autorizado por ele.

Mas vamos partir do pressuposto de que o Confaz, que é o Conselho de Política Fazendária, aprove a aplicação de ICMS em cima dos insumos agrícolas, só que a lei federal determina que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, como qualquer outra Assembleia Legislativa do Brasil, dê a palavra final. Se assim for feito, pela manifestação de todos os Deputados que aqui passaram, 34 senhores Deputados, não tenho dúvida que quando o governo do Estado trabalhar pelo aumento ou colocação de ICMS em cima dos insumos agrícolas, a Assembleia vai rejeitar o seu voto no Confaz. (*Palmas.*)

O excelentíssimo senhor Secretário da Agricultura, Ricardo de Gouvêa, disse que no governo não tem nenhum projeto, nenhum estudo para aumentar o imposto. É verdade, não tem, mas Santa Catarina é um Estado referência para o Brasil no agronegócio, assim como São Paulo é um Estado referência em autopeças no mercado nacional, assim como o Rio de Janeiro é referência no turismo em nível nacional. Se o Estado de São Paulo ou qualquer outro Estado desejar conceder um benefício fiscal à indústria de autopeças no Brasil, o voto de São Paulo tem muito peso. Lá, sim, predomina a indústria metal-mecânica pesada do Brasil e se São Paulo der o voto direcionado pela concessão da isenção do ICMS, eu não tenho dúvida que outros Estados do Brasil vão acompanhar São Paulo. Se algum Estado quiser conceder algum benefício para o setor hoteleiro para incentivar o turismo no litoral do Brasil, o voto do Rio de Janeiro será um voto de peso, porque é o principal destino turístico do Brasil, e se o Rio de Janeiro disser que concorda com a concessão da isenção de ICMS para o setor hoteleiro, outros Estados da Federação seguirão seu voto; mas se Santa Catarina, na reunião do Confaz, for o primeiro a falar e a afirmar que deseja a continuidade do Convênio 100/97, eu não tenho dúvida que esse voto será um voto privilegiado e os outros Estados vão acompanhar Santa Catarina. É muito mais fácil de passar do que deixar outra proposta vir e Santa Catarina sentar à mesa para discutir *a posteriori*.

É Santa Catarina que tem que capitanear essa votação! É Santa Catarina que tem que ir para a tribuna do Confaz e dizer: Santa Catarina é diferente, é um Estado pequeno, mas é um gigante; lá temos alojados nada mais nada menos do que 212 milhões de frangos; temos alojado nada mais nada menos do que 7 milhões de suínos, o equivalente à população catarinense, e 4,5 milhões de bovinos. Não somos o maior produtor de milho, mas nós somos o maior importador juntamente com São Paulo, e isso encarece muito a nossa produção – somente a Aurora consome por dia cerca de 170 carretas de milho. Não temos grandes latifúndios em Santa Catarina, pois a média das propriedades rurais é de 30 hectares a 50 hectares, mas no Alto Vale, que produz cerca de 35% da cebola brasileira, a média de propriedade é de 8 hectares a 10 hectares.

Se aqui estivesse um dos papas da agricultura do Brasil, não tenho dúvida que ele estaria fazendo o mesmo discurso dos senhores Deputados. Eu me refiro ao lendário Glauco Olinger, fundador da Acaresc, da Cidasc, cofundador da Embrapa. Ele foi Secretário de Estado da Agricultura e ao longo da sua vida ajudou a implantar esse modelo em Santa Catarina. Se agrotóxico fosse veneno, Glauco Olinger não estaria no alto dos seus 96 anos com uma lucidez impressionante. O mau uso do agrotóxico leva à doença e até a morte; o mau uso de um remédio também leva à doença e à morte de um ser humano. Eu não vi ninguém morrer pelo uso adequado do agrotóxico, eu também não vi ninguém morrer pelo uso normal de um remédio.

Faço aqui um apelo a sua excelência o senhor Governador do Estado, Carlos Moisés da Silva, por intermédio dos Secretários Ricardo de Gouvêa e Paulo Eli: quem conhece o interior de Santa Catarina e quem conhece o interior de cada um dos Municípios sabe o quanto a nossa gente do campo trabalha. Eles não têm a qualidade de vida que se tem em Joinville, Criciúma, Florianópolis, Lages, mas eles colocam um alimento de qualidade nas nossas mesas. É o produtor rural catarinense que contribui com 70% das exportações de Santa Catarina, é o produtor rural catarinense que contribui com 30% do PIB. Nós já exportamos para cerca de 170 países no mundo inteiro. Tudo aquilo que Santa Catarina produz, nós, catarinenses, não conseguimos consumir; tudo aquilo que Santa Catarina produz, nós, brasileiros, também não conseguimos consumir, mas o mundo inteiro está consumindo o que Santa Catarina produz. Nós produzimos alimento de qualidade e se adentramos nos mercados mais exigentes do mundo inteiro, não é só por causa da qualidade, é por causa da competitividade do preço também.

Escutei uma matéria do Secretário Ricardo de Gouvêa na qual ele disse que o produtor de milho e o produtor de alho têm um lucro de somente 2% da sua produção; se aplicarmos 1% de ICMS, ele perde 50% do lucro, se aplicarmos 2%, foi-se o lucro do produtor. Da forma como querem colocar o ICMS nos defensivos agrícolas, conforme o grau, em dez anos terminamos com a produção de maçã em Santa Catarina – e somos os maiores produtores de maçã, ou não é verdade, Secretário Ricardo? Então, eu rogo ao Governador Carlos Moisés que trabalhe, trabalhe, trabalhe em favor desta gente que saiu de seus lugares, das suas comunidades, dos seus Municípios para vir aqui.

No início desta audiência pública apresentamos uma moção assinada por todos os senhores Deputados ao Secretário da Fazenda e ao Secretário Ricardo de Gouvêa. Significa dizer, Deputado Julio Garcia, que é uma moção da Assembleia Legislativa pedindo a prorrogação do Convênio 100 na próxima reunião do Confaz, mas não que a Secretaria de Estado da Fazenda espere outro Estado colocar a situação para depois começar a discutir, mas, sim, que seja a Secretaria do Estado da Fazenda a protagonista do início dessa discussão, pedindo que o convênio seja prorrogado.

Secretário Paulo Eli e Secretário Ricardo de Gouvêa, este é um abaixo-assinado cujas assinaturas não foram colhidas nos dias anteriores (*mostra documento*), mas tem cerca de 1.600 assinaturas. Quem assinou este abaixo-assinado levante o dedo, por favor. (*Todos os presentes levantam a mão. Palmas*.)

Quero continuar me alimentando com um alimento de qualidade e só vocês sabem produzir alimento de qualidade. Vocês estão fazendo a sua parte, espero que o Governador Carlos Moisés da Silva faça a sua parte.

Muito obrigado. (*De pé, todos os presentes aplaudem.*)

Peço ao Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Deputado Julio Garcia, juntamente com os Deputados, representando todos vocês, entregue o original do abaixo-assinado que vocês assinaram no dia de hoje ao Secretário Paulo Eli e ao Secretário Ricardo de Gouvêa. É muito importante este abaixo-assinado aqui, pois ele representa a vontade de 100% do setor agrícola de Santa Catarina.

(*Procede-se à entrega do abaixo-assinado pelo Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Julio Garcia, ao Secretário de Estado da Fazenda, senhor Paulo Eli, e ao Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, senhor Ricardo de Gouvêa. Palmas.*)

Viva a agricultura de Santa Catarina! Viva Santa Catarina! (*Palmas.*)

Agradeço a presença de todos e nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta audiência pública, desejando que Deus os proteja. (*Palmas.*) (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira*]

**DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA**

**PRESIDENTE**